

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA

Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



CRISE, UNIVERSIDADE E TENDÊNCIAS PARA A FORMAÇÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO

Suzérica Helena de Moura Mafra¹

RESUMO

Este artigo deriva das reflexões constantes na dissertação: O ensino em serviço e suas implicações para a formação e o trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, e objetiva analisar as tendências para a formação de pós-graduação no contexto de crise que atinge a Universidade. Utilizou como metodologia: revisão bibliográfica e análise documental. Como resultados, observa-se primordialmente que o contexto rebete diretamente na formação ofertada na Pós-graduação, tendendo à sua precarização por meio da tecnificação, aligeiramento, superespecialização do conhecimento.

Palavras-chave: Pós-graduação; Universidade; Crise.

ABSTRACT

This article derives from constant reflections in the dissertation: In-service teaching and its implications for the training and work of Social Workers in Multiprofessional Residency Programs in Health, and aims to analyze trends for graduate training in the context of crisis that hits the University. Used as methodology: bibliographic review and document analysis. As a result, it is primarily observed that the context has a direct impact on the training offered in Postgraduate courses, tending to its precariousness through technification, lightening, superspecialization of knowledge.

Keywords: Postgraduate; University; Crisis.

¹ Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte; Mestre em Serviço Social; e-mail: suzerica.helena@ifrn.edu.br .

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUIS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo é fruto das análises tecidas na dissertação intitulada: O ensino em serviço e suas implicações para a formação e o trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde (2021), e objetiva analisar a Universidade nesta conjuntura de crise do capital e as tendências para a formação de pós-graduação.

A pesquisa foi construída a partir do método materialista histórico-dialético, utilizando como recursos metodológicos a revisão bibliográfica e análise documental. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Hospital Universitário Onofre Lopes – CEP/HUOL, por meio do Parecer nº 4.627.8056 – CAAE: 41865120.6.0000.5292.

O presente trabalho está organizado em três sessões, sendo: a introdução, seguida pelo item de análise e resultados apreendidos acerca das tendências para a formação de pós-graduação no contexto de crise estrutural do capital que atinge a Universidade, finalizando com a sessão das considerações finais.

2. A UNIVERSIDADE PÚBLICA E A PÓS-GRADUAÇÃO EM CONTEXTO DE CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL

O atual contexto sociopolítico brasileiro não deixa dúvidas de que os tempos em que vivemos são sombrios e desafiadores, os quais têm exigido de nós um olhar ainda mais ativo e atento, a fim de descortinar as contradições do tempo presente. Vivemos hoje as expressões aprofundamento do projeto neoliberal que tem se forjado no seio da crise estrutural do capital.

Segundo Mézáros (2011), o mundo vive uma crise do capital que se manifesta em caráter universal, com alcance global, ocorrendo de forma permanente, contínua e rastejante, o que nos diz que a crise já não se dá necessariamente em grandes derrocadas, mas se emaranha nos diferentes espaços da atual sociabilidade.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



A intensificação da crise do capital se consolida em seu atual estágio de desenvolvimento e foi sobretudo a partir década de 1970 que este cenário se aprofunda em escala global, impactando diretamente o mundo do trabalho e a vida social. (ANTUNES, 2015)

A resistência da classe trabalhadora no atual estágio de crise do capital encontra-se cada vez mais complicada: com a flexibilização, a precarização e a desproteção dos espaços de trabalho, há em uma relação diretamente proporcional o enfraquecimento das organizações sindicais e entidades representativas dos(as) trabalhadores, por meio do desmonte e desfinanciamento destas.

Ademais, observamos que contexto recente de crise sanitária foi marcado pelo aprofundamento das expressões da Questão Social, onde acompanhamos dados alarmantes que denunciaram, além do aprofundamento do desemprego², o fortalecimento de uma cultura armamentista³ de violência, o retorno do Brasil ao mapa da fome, dentre outros. Desse modo, o panorama elucidado exige dos(as) trabalhadores(as), das organizações da sociedade civil e movimentos sociais o fortalecimento das estratégias de resistência as quais, entre avanços e retrocessos, tem em diferentes períodos da história, travado lutas em favor dos(as) trabalhadores(as) e conquistado importantes direitos.

Diante desse cenário, para responder a crise do capital, as estratégias utilizadas pelo grande capital com base no livre mercado, têm agravado as condições de vida da classe trabalhadora e a contradição capital x trabalho. Tratam-se de mecanismos de ordem política, ideológica e econômica, que têm se emaranhado nas diferentes relações constituídas na atual sociabilidade.

O contexto se agrava quando analisamos os impactos do projeto neoliberal nos países de capitalismo periférico, tais como o Brasil, onde a realidade tem se mostrado

² Ver mais em: <https://www.ibge.gov.br/indicadores#desemprego>.

³ Vide a edição dos Decretos 10.627/21, 10.628/21, 10.629/21 e 10.630/21, que flexibilizam e favoreceram o acesso às armas de fogo.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



ainda mais dura, sobretudo nos últimos anos, com a ofensiva neoconservadora que vem degradando as condições de vida e trabalho do povo brasileiro.

A condição de país periférico se deve ao processo de adaptação do Brasil de forma peculiar ao capitalismo mundial, de forma lenta, gradual, elitista e antipopular, conforme Coutinho (1992), em uma combinação complexa de elementos conservadores nos ditames do “progresso” do capital, conferindo ao Brasil traços particulares em sua formação sócio-histórica – de caráter dependente, com base em um modelo colonial e escravista como pilares das contradições que formam a sociedade brasileira – e no seu desenvolvimento enquanto país capitalista.

No caso brasileiro, esse contexto vem sendo construído na contradição da luta de classes, sobretudo ao final da década de 1980, onde o processo de reconquista da democracia pela luta da classe trabalhadora convive com o aprofundamento do projeto neoliberal por meio da assinatura do Consenso de Washington em 1989, o qual foi direcionado a todos os países capitalistas, mas teve seu enfoque nos países periféricos, e definiu as diretrizes e estratégias políticas e econômicas do processo de neoliberalização do capital.

Desde então, temos vivenciado o desmonte gradual da seguridade social, das políticas públicas e dos direitos dos(as) trabalhadores(as), através das medidas de ajuste fiscal que tem desfinanciado e precarizado as políticas e serviços sociais. Nesse diapasão, as estratégias de desmonte têm incidido sobre os diferentes setores, dentre eles, a Educação tem sido um dos principais alvos.

Quando falamos em Educação, apreendemo-la por diferentes vias imbricadas: como um conjunto de mediações construídas socialmente no tempo e na história, sob a forma de instituição social, operando no âmbito ideológico como elemento fundamental da organização social, respondendo às determinações concretas da sociedade e sua dinâmica, o que implica dizer que mediante o movimento das forças sociais, a Educação se constitui em projetos de transformação/ruptura ou reprodução da sociabilidade vigente.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Ao mesmo tempo, falar de Educação no Brasil, e em particular a Educação Superior, implica falar na Política Educacional, com a qual buscamos dialogar nesse estudo, entendendo que as políticas educacionais, enquanto mediações de intervenção estatal, também estão vinculadas diretamente a determinados projetos educacionais que, por se constituírem como frentes de projetos societários, encontram-se em disputa.

Assim, compreendemos a Educação como esse conjunto de relações dotadas de sentido e direcionamento socialmente determinados. Portanto, ao falarmos de crise na educação atualmente, nesses tempos de ultraconservadorismo, do neoliberalismo que se desenvolve através da degradação da vida humana e ambiental, compreendemos que há um projeto de sociedade que visa desarticular as políticas educacionais, conquistadas como direitos sociais, objetivando minar também a construção de projetos societários transformadores.

Ao analisar o trajeto histórico das reformas educacionais no Brasil, do período colonial ao Regime Militar, Ribeiro (1993) sinaliza que as transformações na Educação brasileira estiveram articuladas e direcionadas a determinados interesses de grupos específicos, cujas direções esboçadas em cada reforma educacional, visavam constituir determinados perfis sociais, que correspondessem às necessidades políticas e econômicas da época.

Com isso, observamos que um dos principais traços estruturais da Educação brasileira é a segmentação de processos formativos por classes sociais, em que o ensino técnico e profissionalizante esteve voltado à população mais pobre do país, diferente da elite, que acessava uma formação voltada para as ciências, letras e artes, direcionada a constituir os quadros que se manteriam nos espaços de trabalho e postos sociais mais elevados, perpetuando e aprofundando a desigualdade educacional nas classes sociais. (FRIGOTTO, 2010)

Nas instituições Universitárias, o que observamos é uma premente contradição: nos últimos 20 anos, acompanhamos a criação de novas Universidades Públicas, bem como, uma melhoria nas condições estruturais nas instituições já

PROMOÇÃO



APOIO



existentes. Ao mesmo tempo, observamos a intervenção estatal amplamente voltada também para expansão do setor privado do ensino superior por meio de financiamento de bolsas, que apesar de possibilitar o acesso das camadas populares da sociedade à universidade, fortaleceu a iniciativa privada, destinando recursos públicos às grandes empresas do ramo educacional, o que conseqüentemente, caminha na direção oposta à da garantia do direito à educação pública e de qualidade.

É neste último cenário que nos ateremos no presente estudo, a fim de apreender como as transformações no âmbito da Educação Superior tem incidido nas tendências à formação na Pós-graduação, situando-as no conjunto das expressões do contexto de crise do capital.

No que se refere às mudanças supracitadas, observamos que o Ensino Superior no Brasil assume determinadas tendências para a formação, mediante processo continuado de desmonte e privatização das políticas educacionais ocorridas ao longo do tempo. Exemplo disso foi a Reforma Universitária de 1968, a qual foi elaborada sob o signo da modernização e expansão das universidades públicas, e abriu os caminhos para o crescimento do ensino universitário nas instituições privadas, o que já existia, mas dependia de financiamento público para oferta dos cursos. Martins (2009, p.16) aponta que tal reforma produziu “efeitos paradoxais no ensino superior brasileiro”:

Se a Reforma de 1968 produziu efeitos inovadores, **por outro lado, abriu condições para o surgimento de um ensino privado** que reproduziu o que Florestan Fernandes denominou o antigo padrão brasileiro de escola superior, ou seja, **instituições organizadas a partir de estabelecimentos isolados, voltados para a mera transmissão de conhecimentos de cunho marcadamente profissionalizante e distanciados da atividade de pesquisa, que pouco contribuem com a formação de um horizonte intelectual crítico** para a análise da sociedade brasileira e das transformações de nossa época (MARTINS, 2009, p. 16-17 *apud* FERNANDES, 1975, p. 51-55. Grifos nossos).

Para Saviani (2010, p. 09), o projeto de Reforma Universitária ocorrido em 1968, durante o período de Ditadura Militar no Brasil, buscava atender a demandas também contraditórias: por um lado estavam as pautas dos(as) estudantes e

docentes, que reivindicavam, dentre outros pontos, mais autonomia universitária, verbas para estudos e pesquisas e vagas nas universidades; e de outro estavam as reivindicações dos grupos militares que “buscavam vincular mais fortemente o ensino superior aos mecanismos de mercado e ao projeto político de modernização em consonância com os requerimentos do capitalismo internacional” (SAVIANI, 2010, p. 09).

Ademais, os anos 1970 foram marcados no Brasil pelo aprofundamento da ideologia desenvolvimentista⁴ – apesar da crise econômica vivenciada à época –, sob os moldes de capitalismo internacional, própria do período de Regime Militar no Brasil, a qual recai também para o Ensino Superior brasileiro. Já os anos 1980 foram marcados inicialmente pelo recrudescimento da Ditadura Militar⁵ e posteriormente pelo seu declínio (1964-1985), seguido pelo período de redemocratização, bem como também pela efetivação do projeto neoliberal na América Latina.

Saviani (2010, p.11) aponta que se opera, portanto, um “deslocamento no padrão de ensino superior no Brasil”. Para o autor, esse movimento ocorre a partir das cisões entre *universidades de pesquisa* e *universidades de ensino*, cujas concepções adotadas inicialmente em 1986 pelo Grupo Executivo para a Reformulação do Ensino Superior (GERES), “criado pelo então Ministro da Educação, Marco Maciel”, foram efetivadas apenas em 1997 pelo Decreto nº 2.306/97. Para Saviani (2010, p. 11):

Esse decreto introduz, na classificação acadêmica das instituições de ensino superior, a **distinção entre universidades e centros universitários**. Em verdade, os centros universitários são um eufemismo das universidades de ensino, isto é, uma universidade de segunda classe, que não necessita desenvolver pesquisa, enquanto alternativa para viabilizar a expansão, e, por consequência, a “democratização” da universidade a baixo custo, em contraposição a um pequeno número de centros de excelência, isto é, as universidades de pesquisa que concentrariam o grosso dos investimentos públicos, acentuando o seu caráter elitista (SAVIANI, 2010, p. 11, *grifos nossos*).

⁴ Ver mais em: https://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&id=3297 .

⁵ Ver mais em: *Pequena história da Ditadura Militar* (NETTO, 2014).

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Desse modo, observamos que a diferenciação das instituições universitárias sinalizam para uma reprodução interna (à Universidade) de um movimento macrossocietário: à medida que o projeto neoliberal se efetiva na América Latina e, conseqüentemente no Brasil, sob os pressupostos de Estado mínimo e uma maior do papel e da intervenção do mercado na regulação da sociedade, a Política de Educação, mais especificamente no ensino superior, é retraída no seu processo de expansão enquanto direito social e alargada sob uma concepção de expansão mercantilizada de Educação como serviço.

O projeto de desmonte da Educação se constitui de forma mais efetiva a partir dos anos 1990 e 2000, fundamentadas sobretudo nas políticas de Ajuste Fiscal. Atualmente, tal processo é marcado pela expansão do setor privado na educação, tanto na esfera pública, por meio das iniciativas de parcerias público-privadas e pela implementação de uma lógica de produção acadêmica cada vez mais voltadas aos interesses do mercado; quanto pelo próprio setor privatista da educação, que, fomentado muitas vezes por recursos públicos, tem se expandido largamente no país, compondo cenário de precarização do ensino superior público.

Ademais, no que se refere à expansão do setor privado-mercantil na Educação, é necessário refletirmos acerca desses elementos no atual contexto de desmonte da universidade pública e seu empresariamento⁶, que ocorre não apenas pelas propostas (e iniciativas concretas) de privatização “por dentro”, com a entrada de Organizações Sociais na gestão das universidades públicas, mas se dá também pela via do reordenamento dos processos de trabalho, produzindo a Universidade Operacional. (CHAUI, 2003)

Esse projeto de Universidade Operacional, que subverte o direito ao ensino universitário em serviço e o realiza de forma produtivista e pragmática, muitas vezes descolando-o do seu tripé (ensino-pesquisa-extensão), tem sido fortalecido no atual

⁶ Conforme Motta e Andrade (2020, p. 9) “O empresariamento, no bloco histórico neoliberal, combina o aprofundamento de movimentos tendenciais no âmbito da educação (a mercantilização e a mercadorização) à forma contemporânea do capital, bastante eficiente, de exercer controle em larga escala sobre a educação escolar”. Ver mais em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/?lang=pt&format=pdf> .

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

contexto de crise que temos vivenciado, o qual coloca desafios à educação e à construção do conhecimento no processo de formação profissional.

Dado o cenário elucidado, importa salientar que tais transformações societárias operacionalizadas pelo projeto neoliberal incidem no conjunto das políticas sociais, e dentre elas, na política de educação, revelando o caráter dependente também do Ensino Superior do país, quando este cumpre papel também de “campo de exploração lucrativa para os setores privados brasileiros e internacionais” (LIMA *et al*, 2009, p.32).

O caráter dependente da Educação brasileira pôde ser evidenciado, dentre outras formas, pelo Processo de Bolonha (1998)⁷, o qual marca a definitiva intenção de adequar o ensino superior aos marcos do desenvolvimento capitalista, propondo um Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES) baseado na competitividade, comparabilidade e uniformização de um determinado modelo de educação superior europeu, que fosse atrativo para os(as) estudantes e que conseguisse responder às necessidades do novo milênio.

Desse modo, tal processo teve importantes repercussões na América Latina, de modo especial, no Brasil, quando expresso nas reformas universitárias ocorridas a partir dos anos 1990. Estas compunham o processo de Reforma Administrativa do Estado, em 1995, quando universidades, hospitais, centros de pesquisa e museus foram considerados como serviços não-exclusivamente estatais, que deveriam ser prioritariamente transformados em organizações sociais (BRASIL, 1995).

Desse modo, observamos que historicamente as transformações na política educacional e nos processos formativos do ensino superior brasileiro foram marcadas pelas contradições inerentes à implementação de modelos externos de educação combinadas às particularidades políticas e sociais da formação brasileira que balizam as estratégias educacionais no país.

⁷ O Processo de Bolonha, iniciado em 1998 e firmado em 1999 com a Declaração de Bolonha, trata-se da organização política de 29 países europeus que visavam a partir de então, reformular o sistema europeu de educação, a fim de adequá-lo à efervescência das transformações sociais que se davam a nível global neste período.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Considerando, pois, que as transformações na educação e nos modelos de formação educacional na sociedade acompanham o desenvolvimento das forças produtivas do capital, tal processo confere à educação um caráter dinâmico e contraditório. No atual estágio de aprofundamento da crise do capital, temos acompanhado a conformação de algumas tendências para o ensino superior e que vão chegar fortemente à Pós-graduação, tais como: a tecnificação, o aligeiramento e a superespecialização do conhecimento, dentre outras.

Esse movimento de transformação tem alterado as relações sociais presentes na Universidade, incidindo no conteúdo da formação, no perfil dos estudantes, docentes e técnicos que participam desta instituição. O conteúdo – especializado, cada vez mais tecnicista e orientado pelo mercado – se relaciona e conforma o perfil de muitos docentes e discentes, de forma produtivista, competitiva, sendo também imbuídos de outros aspectos que reproduzem os paradoxos e contradições da Universidade atualmente.

Historicamente a tradição do ensino de pós-graduação o define como lugar privilegiado de pesquisa e formação docente, sobretudo nos cursos *stricto sensu* (mestrado e doutorado). No Brasil, essa tradição fica evidenciada no Parecer Newton Sucupira (Parecer nº 977/65 – CNE), que, regulamentou a Pós-graduação no país, e a definiu:

A pós-graduação torna-se, assim, na universidade moderna, cúpula dos estudos, sistema especial de cursos exigido pelas condições da pesquisa científica e pelas necessidades do treinamento avançado. O seu objetivo imediato é, sem dúvida, proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional, impossível de adquirir no âmbito da graduação. (CNE, 1965, p. 3).

Com isso, passou a ser fortalecido o modelo de aperfeiçoamento dos profissionais do ensino superior através dos cursos de mestrado e doutorado acadêmicos, amplamente voltados para a pesquisa científica, bem como mestrados profissionais e cursos de pós-graduação *latu sensu*. Vale destacar que o ensino superior de pós-graduação no Brasil inicia sua trajetória com a criação da

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), por meio do Decreto nº 29.741/5 (11/07/1951), durante o segundo governo Vargas, onde a perspectiva desenvolvimentista permeava a orientação das políticas governamentais da época.

Com a ampliação do ensino universitário no país, o ensino de pós-graduação foi expandido a partir do final dos anos 1960, após a consolidação dos organismos de pesquisa – CAPES, CNPq, entre outros – e as definições engendradas a partir do Parecer Sucupira (1965).

Para Moreira e Velho (2008), o modelo de Pós-Graduação no Brasil se organizou a partir desse período com forte base nas perspectivas norte-americanas pós Segunda Guerra Mundial, que creditavam à pesquisa científica o desenvolvimento do progresso. Desse modo, a partir dos anos 1970, era primordial desenvolver e expandir o ensino universitário e a pesquisa, como parte de um projeto de desenvolvimento econômico nacional que contou com o apoio de setores acadêmicos e militares. Assim, “a ideologia desenvolvimentista atribuiu à educação o papel de criar a massa crítica capaz de atender às prioridades definidas pelo planejamento econômico” (MOREIRA; VELHO, 2008, p. 632).

Segundo Carvalho e Silva (2005),

mesmo sem estar exclusivamente alojada no setor privado e mercantil, a *Educação, em geral, e a Pós-graduação, em particular*, estão sendo objeto de uma ofensiva política e intelectual que as colocam a serviço da formação do chamado capital humano, considerando a formação profissional e a pesquisa como um instrumento à competitividade do país (CARVALHO; SILVA, 2005, p. 15. Grifos das autoras).

Desse modo, é possível apreender que o desenvolvimento histórico da pós-graduação tem sofrido os rebatimentos das inflexões do projeto neoliberal, os quais têm reiterado em complexas relações as tendências já apontadas de tecnificação, superespecialização do conhecimento, aligeiramento, precarização, EaD e privatização, alterando assim as condições de formação para o trabalho, trazendo diferentes contornos para a relação entre teoria e prática.

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Nesse aspecto, temos acompanhado o fortalecimento das iniciativas de processos formativos que congregam experiências teórico-práticas de forma simultânea no âmbito da Pós-graduação, a exemplo: os Programas de Residência Multiprofissional em Saúde, os Mestrados Profissionais (MP)⁸ e estágios de Pós-graduação⁹, que por vezes, assumem formatos muitas vezes aligeirados e voltados à formação para o trabalho, de modo que rompem muitas vezes com o tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, o qual sustenta a Universidade Pública. Para Guerra (2012, p. 2), nesses cursos de Mestrado Profissional, por exemplo,

em razão da sua natureza, formato e objetivos, a pesquisa inovadora e autônoma desaparece. A educação se realiza cada vez mais conectada com a lógica do mercado, como um bem de consumo imediato. Neste formato, há o interesse no aproveitamento de mestres nos setores produtivos e de doutores na pesquisa. Obedecendo a uma lógica mercantilista, pragmática e instrumental, a pós-graduação é instrumentalizada para responder diretamente às necessidades do capital e dos serviços oferecidos no mercado (GUERRA, 2012, p. 2).

Reitera-se aqui que as inquietações quanto aos modelos de cursos que se propõem e se expandem no âmbito do ensino superior de Pós-graduação atualmente, residem na sua articulação mecânica com o trabalho, fugindo assim das relações teórico-práticas que constituem a práxis. Assim, as expressões do tecnicismo e do aligeiramento da formação na Pós-graduação relacionam-na diretamente enquanto produto para o mercado, ao se voltarem para uma formação eminentemente técnica para o trabalho.

Vale salientar ainda que tais transformações não se tratam de processos passivos, sem análises críticas e resistências daqueles(as) que compõem e pensam a Política de Educação, cujos processos se delineiam de forma dinâmica e

⁸ De acordo com Ribeiro (2007, p. 1), “o mestrado profissional (MP) é um título terminal, que se distingue do acadêmico porque este último prepara um pesquisador, que deverá continuar sua carreira com o doutorado, enquanto no MP o que se pretende é imergir um pós-graduando na pesquisa, fazer que ele a conheça bem, mas não necessariamente que ele depois continue a pesquisar.”. Ver mais em: https://www.capes.gov.br/images/stories/download/artigos/Artigo_30_08_07.pdf

⁹ As análises críticas mais aprofundadas sobre esses programas podem ser encontradas no estudo da própria autora: “O ensino em serviço e suas implicações para a formação e o trabalho dos(as) Assistentes Sociais nos Programas de Residência Multiprofissional em Saúde”. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/47116>

PROMOÇÃO



APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASILREIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICAFormação da Consciência de
Classe na Luta de HegemoniasCEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

contraditória. As lutas por qualidade da educação, lutas por educação pública e de qualidade se constituem historicamente, com ênfase em 1960, mobilizadas por docentes, discentes, técnicos(as), dentre outros(as).

A diferença reside nas formas que as transformações atualmente se expressam, por meio da fragmentação e segmentação do conhecimento, sobretudo quando se trata da sua incidência no ensino superior, especialmente encontrando solo fértil nos cursos de Pós-graduação *latu sensu*, que sob o fetiche da qualificação e superespecialização, fragmentam as grandes áreas do conhecimento em subgrupos, perdendo em muitos aspectos a condição de totalidade.

Assim, observamos que o ensino superior se desenvolve de forma dinâmica e contraditória, exigindo, portanto, mediações cuidadosas. Frigotto (2010, p. 25) já nos sinalizava a importância de pensar a educação no Brasil “como constituída e constituinte de um projeto, situado em uma sociedade cindida em classes, frações de classes e grupos sociais desiguais e com marcas históricas específicas”, o que nos permite evitar o equívoco de pensar a educação em si mesma, como instituição que se constrói à margem dos processos sociais.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar as atuais tendências do ensino de pós-graduação para além da pesquisa, mas como formação cada vez mais voltada para o mercado de trabalho, implica apreender os processos de formação para o trabalho, e o que isso acarreta para as instituições de ensino, as quais, em decorrência do desenvolvimento das forças produtivas do capital – exigindo uma educação cada vez mais tecnicista e laboral –, têm se tornado espaços quase exclusivos de formação para o trabalho, segmentados, desenvolvendo em menor escala outras habilidades e conhecimentos.

As tendências de tecnificação, superespecialização e aligeiramento aparecem como mais fortes e com mais desdobramentos no ensino de Pós-graduação. Esse movimento se desenvolve historicamente, não sendo necessariamente uma novidade das últimas décadas. Trata-se de uma demanda histórica do desenvolvimento das

PROMOÇÃO



APOIO



forças produtivas do modo de produção capitalista, que credita à Educação a necessidade formação da força de trabalho, exigindo, pois, sua constante adequação às transformações do capital.

Desse modo, é possível concluir à priori que as questões ora pontuadas devem ser aprofundadas em estudos futuros, a partir do compromisso ético e político com a educação pública e de qualidade, que se alicerce cada vez mais como direito social e à serviço dos(as) trabalhadores(as) na sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho.** – 11. ed. – São Paulo: Cortez, 2015.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.** Brasília/DF: Ministério da Administração Federal e da Reforma do Estado, 1995. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf> . Acesso em: jun. 2023.

CARVALHO, Denise Bomtempo Birche de; SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Serviço social, pós graduação e produção do conhecimento no Brasil.** São Paulo: Cortez, 2005.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In.: **Rev. Bras. Educ.** n. n.24, Rio de Janeiro (RJ). Set./Dez. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>. Acesso em: jun. 2023.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Parecer nº 977/65:** definição dos cursos de pós-graduação. Brasília: 1965. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/centrais-de-conteudo/parecer-cesu-977-1965-pdf> . Acesso em: jun. 2023

COUTINHO, Carlos Nelson. **Gramsci: um estudo sobre seu pensamento político.** Rio de Janeiro: Campus, 1992.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A relação da educação profissional e tecnológica com a universalização da educação básica. In.: **Educação Profissional e Tecnológica no**

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19 a 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS



Brasil Contemporâneo: desafios, tensões e possibilidades. Jaqueline Moll e colaboradores; Porto Alegre: Artmed, 2010. p. 25-41.

GUERRA, Yolanda. **A polêmica sobre o Mestrado Profissional e a área de Serviço Social – subsídios à reflexão.** Brasília/DF: ABEPSS, 2012.

LIMA, K. R. de S., & PEREIRA, L. D. Contra-reforma na educação superior brasileira: impactos na formação profissional em Serviço Social. In.: **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(1): 31-50, jan.-jun./2009. Recuperado de <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/358> . Acesso em: jun. 2023.

MARTINS, Carlos Benedito. A reforma universitária de 1968 e a abertura para o ensino superior privado no Brasil. In.: **Educ. Soc.**, vol.30, n.106, Campinas (SP). Jan./Abr. 2009.

MÉSZÁROS, István. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição / István Mészáros; tradução Paulo Cezar Castanheira, Sérgio Lessa.** - 1.ed. revista. - São Paulo: Boitempo, 2011.

MOREIRA, Maria Lígia; VELHO, Lea. Pós-Graduação no Brasil: da concepção “Ofertista Linear” para “novos modos de produção do conhecimento” implicações para avaliação. In.: **Rev. Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 625-645, nov. 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/aval/v13n3/02.pdf> . Acesso em: jun. 2023.

MOTTA, V. C. DA.; ANDRADE, M. C. P. DE.. O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO DE NOVO TIPO E SUAS DIMENSÕES. *Educação & Sociedade*, v. 41, p. e224423, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3DnTFnDYxsY9crTsnxFzQBB/#> . Acesso em: jun.2023

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. **HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO ESCOLAR NO BRASIL: NOTAS PARA UMA REFLEXÃO.** Paidéia. FFCLRP – USP. Ribeirão Preto. 1993. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/29513> . Acesso em: jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. In.: **Póiesis Pedagógica** - V.8, N.2 ago/dez.2010; pp. 4-17. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/poiesis/article/view/14035> . Acesso em: jun. 2023.

PROMOÇÃO



APOIO

